

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA E MÍDIA IMPRESSA EM SALA DE AULA: um modelo de análise para a mediação didática

Werbeth Serejo Belo*

INTRODUÇÃO

Antes de qualquer movimento de escrita da História Contemporânea é necessária uma reflexão a respeito da História do Tempo Presente, percebendo seus meandros e relações, sobretudo entre o historiador e suas fontes, o historiador e seu tempo. A História Contemporânea nos permite, a partir do desenvolvimento tecnológico, utilizar outras fontes como a mídia, por exemplo. No entanto, é preciso estar atento para a utilização dessas fontes e a construção de uma História do Tempo Presente, haja vista que estas fontes são reprodutoras de determinados discursos classistas.

A análise do tempo presente tem sido alvo de cientistas políticos e sociólogos mesmo que um grande número de historiadores já esteja se voltando ao recorte temporal mais recente. No entanto ainda há algumas problemáticas ao se construir a chamada História do Tempo Presente.

Três são as denominações dadas à escrita da História mais recente: História Próxima – diz respeito aos últimos 30 anos; História do Tempo Presente – tem como recorte os últimos 50 ou 60 anos e; História Imediata – feita no calor do acontecimento (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 138-139). Levando-se em consideração essa divisão apresentada por Eduardo Maranhão Filho em *Para uma história do tempo presente: o ensaio de nós mesmos* (2009) adota-se aqui, pelo o recorte temporal deste trabalho, a História do Tempo Presente como eixo de análise.

Eric Hobsbawm em *Sobre História* (2013) aponta as seguintes problemáticas: a época de nascimento do historiador; a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride e; devemos atentar para como escapar dos pressupostos que a maioria nos compartilha. (HOBBSAWM, 2013, p. 315). Na perspectiva de estarmos atentos ao compartilhamento de ideias desenvolvidas no jornal O Imparcial que se pretende analisar este objeto.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão. Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves. Bolsista de mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

Essas problemáticas, somadas à possível dificuldade de acesso às fontes, leva à contestação de uma verdadeira construção da escrita da História do Tempo Presente. Acreditamos que as chamadas novas fontes (como a mídia, por exemplo) são instrumentos latentes ao historiador dos fatos recentes ainda que precisem ser feitas considerações importantes a respeito destas novas fontes. No entanto, deve-se ter cuidado com a excessiva relativização do discurso subjetivo (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 149), para não cairmos em uma subjetividade excessiva ao analisar o discurso subjetivo.

Maranhão Filho aponta, ainda, dois pontos que o historiador do Tempo Presente deve se atentar ao escrever, o primeiro deles é a subjetividade daquele que pesquisa e escreve (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141). Para o autor, temos três desdobramentos importantes deste ponto de análise que se relacionam. O historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, haja vista que pode ser ator da situação pesquisada. O segundo, quem “escreve pensa sobre si e a partir de si mesmo” (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141), portanto, é de extrema importância que ao utilizar a memória como fonte o historiador a coloque sob a análise constante “da crítica e da perspectiva histórica” (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141). Então,

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à sua exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144).

Interessante perceber a análise feita por Maranhão Filho a respeito do sujeito. O sujeito é parte de um todo social, mas não somente parte dele, o sujeito se relaciona com outros sujeitos e com o todo social, portanto, não deve ser feita a história de um indivíduo, pois a sociedade é parte de uma estrutura ampla que inclui relações políticas, econômicas e culturais agrupadas e relacionadas a um todo social. Por exemplo, a micro-história “deve apontar para um contexto mais ampliado” (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 147), a micro-história percebe relações em instâncias mínimas que um fazer histórico tradicional – como a história política clássica – jamais poderia analisar, no entanto há que se inserir as análises micro em aspectos mais amplos.

Segundo François Dosse (2012) a história do tempo presente requer uma mudança historiográfica, isto é um “ampliação do tempo presente” (DOSSE, 2012, p. 11) haja vista que

há uma ascensão da história oral no século XX além de que novas fontes surgem ao historiador que não as fontes oficiais.

Essa nova relação dos historiadores com suas fontes permitiu uma “transformação do próprio entendimento daquilo a que se está chamando como contemporâneo; de sua história e de sua historiografia. Essa transformação tem como eixo central a mundialização da noção de historicidade” (PICCOLO, 2010, p.36). Segundo Monica Piccolo (2010) outros pontos também “marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente” (PICCOLO, 2010, p.36): a) o abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente à espera do momento em que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador e; b) o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos.

No que diz respeito à demarcação cronológica dos limites temporais da História do tempo Presente. Temos dois referenciais cronológicos: o fim da Segunda Guerra Mundial e a inacessibilidade dos arquivos públicos (PICCOLO, 2010, p.37). Na primeira demarcação temporal temos autores como: Serge Berstein e Danièle Voldman, na segunda demarcação Eric Hobsbawm.

Este trabalho se insere na nova lógica do fazer historiográfico do Tempo Presente sem tentar romper com a história política, mas seguindo o que Marieta Ferreira (2000) aponta como um caminho percorrido pela história desde os Annales que tinha como principal objetivo “questionar a hegemonia da história política” (FERREIRA, 2000, p.116), este trabalho, então: privilegia a história econômico-social; acredita que comportamentos coletivos tem mais importância sobre o censo da história que os comportamentos individuais; prima pela análise das estruturas e; objetiva identificar as relações (...) que comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso. (FERREIRA, 2000, p.116).

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS IMPRESSOS

Dentre as reformulações do ensino de História que possibilitam renovações metodológicas, temos a utilização de novas fontes como forma de elaboração de estratégias didáticas em salas de aula do ensino básico. Essas estratégias emergem de novas pesquisas acadêmicas em torno da utilização destas fontes.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (2000, p. 28), temos como uma das competências dos alunos “Crítico, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção”. Portanto, competência a ser desenvolvida com o uso dos impressos, análise de gráficos e tabelas, além da discussão de conceitos econômicos, como estratégia didática eficaz para desenvolver o olhar crítico e analítico dos alunos.

A História como disciplina escolar tem sido discutida por diversos estudiosos que se dedicam à exaustiva pesquisa de diversos elementos que podem auxiliar no aprimoramento do ensino de História. Alguns pontos merecem ser destacados, a fim de que possamos perceber os pontos centrais destes debates.

Holien Gonçalves Bezerra (2003) aponta que a História “busca aprimorar o exercício da problematização da vida social, como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar as relações sociais de grupos locais, regionais, nacionais e de outros povos” (BEZERRA, 2003, p.44) o que mostra que a História tem por função despertar a capacidade crítico-analítica dos indivíduos em sociedade e não um simples registro dos acontecimentos passados como ponto de partida para a compreensão das relações contemporâneas do indivíduo. Partindo desse pressuposto, percebemos a ampliação da noção de História que rompe com o positivismo do século XIX e traça novos caminhos adotando uma nova função que se assemelha a uma ação social.

Nesse contexto de reformulação da História como ciência, o ensino de História deve acompanhar essas reformulações de forma que a escrita da História quanto pesquisa acadêmica deve estar relacionada ao ensino de uma nova história em salas de aula do ensino básico, a fim de que possa haver a recomposição do ensino a partir das inúmeras reformulações historiográficas dos últimos anos, pois,

[...] identificar as mudanças, que são de ordem conceitual, abre caminhos para melhor conhecer o processo numa análise que reconheça a pluralidade de saberes e o papel das diferentes subjetividades e interesses envolvidos no processo (MONTEIRO, 2003, p.15).

Entre essas reformulações nos diversos campos da História temos a preocupação com a utilização de alguns conceitos como: História, Processo Histórico, Tempo, Sujeito Histórico, cultura, cidadania, Estado, entre outros (BEZERRA, 2003) que podem ser alvo de debates para a construção do conhecimento histórico. Segundo Circe Bittencourt (2008) é uma das

tarefas do pesquisador “selecionar os conceitos-chave, contextualizá-los e utilizá-los na organização e sistematização dos dados empíricos” (BITTENCOURT, 2008, p. 191).

Acreditamos que não seja somente tarefa do pesquisador tomar determinada postura, mas também, do professor de História do ensino básico, haja vista que os conceitos são aplicados a momentos distintos e em sociedades díspares. Portanto, a apresentação e contextualização destes conceitos em sala de aula são de fundamental importância para que os alunos possam compreender a lógica de toda uma estrutura social e relacioná-la a determinada conjuntura estudada. Segundo Bittencourt o conhecimento histórico escolar produz-se “por intermédio da aquisição de conceitos, valores e informações” (BITTENCOURT, 2008, p. 195).

Além da discussão a respeito dos conceitos empregados em determinadas conjunturas e estruturas temos que a utilização das diversas fontes como recurso para uma nova abordagem da história em sala de aula tem um caráter valioso na construção do conhecimento histórico renovado, sobretudo pela ampliação do conceito de fontes históricas desde a Escola dos Annales.

Os impressos se constituem como fonte privilegiada para as diversas análises históricas. No entanto é necessário que se faça um trajeto para a utilização desses periódicos como forma de construção do conhecimento histórico em um ambiente escolar:

A catalogação de fontes, a organização e a análise que permita uma interpretação do material são ações que envolvem tanto o professor como os alunos, propiciando um aprendizado que visa à valorização da História e do acervo histórico. (RODRIGUEZ, 2010, p. 37).

Para a utilização dos impressos em sala de aula é preciso perceber o processo de produção desta fonte e estar atento a um método de análise específico que envolva todo o processo constitutivo desta fonte, isto é,

A produção do documento não se fecha em si mesma, ela está contextualizada e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material ou simbólica. (RODRIGUEZ, 2010, p. 43).

Entremos agora no debate a respeito da “veracidade” das fontes, nos levando a perceber que, para os alunos, a história só poderia ser escrita a partir das chamadas fontes oficiais. Este ponto nos leva ao debate a respeito do uso dos impressos como fontes latentes para a construção de um novo saber histórico em sala de aula haja vista que

O uso das fontes no ensino de história pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a indivíduos que não têm como objetivo se tornar historiadores, mas para os quais o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem (PEREIRA. SEFFNER, 2008, p. 113).

Os impressos não se constituem como fontes que pretendem trazer à realidade dos alunos uma verdade inquestionável a respeito do período. Vale salientar que o que se busca neste trabalho é uma aproximação entre a escrita da história conforme o método científico e o ensino de história e não uma representação de uma única “verdade” a respeito do tema ensinado em sala de aula, haja vista que não é função do pesquisador da área de história, nem do professor de história, apresentar uma única verdade, mas, sim, analisar, criticar para que se possa chegar ao mais próximo possível das funções de um historiador que, segundo Dosse, são três: a função crítica, cívica e ética (DOSSE, 2012, p. 19).

Tais funções serão exercidas a partir da compreensão que temos da relação entre o historiador e seu objeto: a renovação do caráter científico e histórico da História Contemporânea e a reconstrução de um entendimento acerca das relações entre passado e presente (NORA, 1992, p.49).

Então, os impressos como fontes para uma nova abordagem didática do ensino de História são utilizados partindo do pressuposto de que são Aparelhos Privados de Hegemonia, conceito elaborado como parte do conceito de Estado do filósofo italiano Antonio Gramsci.

Enquanto para Marx e Lenin o Estado Capitalista era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012) ¹ em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e

¹ A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com Palmiro Togliatti, o L'OrdineNuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'OrdineNuovo aliou-se com Amadeo Bordiga e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a Bordiga até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm)

Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia² e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos³ que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989, p.73).

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política⁴ e, ainda, em uma relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012, p.60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico.

² São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

³ Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

⁴ A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperialista.

No que tange à tomada de poder, para Antonio Gramsci, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

UM ROTEIRO DE ANÁLISE DO IMPRESSO NO ENSINO BÁSICO

Trabalhar com a mídia impressa – tanto como fonte, quanto como objeto – requer uma análise cuidadosa a respeito. Analisar, por exemplo, sua estrutura, seu conteúdo, além de sua inserção social é fundamental para uma análise da totalidade de suas funções, sem esquecer obviamente, de perceber os principais envolvidos no processo de elaboração deste impresso.

Portanto, esta seção tem por objetivo principal analisar o jornal O Imparcial⁵ durante o primeiro mês do período conhecido como “milagre econômico” (1969-1973), isto é, serão analisadas as edições do mês de janeiro de 1969 que se encontram organizadas em livros por organizados por trimestre na Biblioteca Pública Benedito Leite.

A escolha do recorte temporal se justifica por ser este um período que é conhecido por altos índices econômicos, além disso, a justificativa se dá, também, para que possamos compreender qual a função deste impresso diante de um projeto desenvolvimentista que estava em processo de consolidação em um período de regime ditatorial. Inicialmente abordaremos questões em torno da organização do jornal, para posteriormente analisarmos alguns artigos e/ou editoriais.

A escolha do nome do jornal já apresenta uma pretensão de neutralidade deste diante das notícias veiculadas. Essa é uma característica marcante da imprensa: uma tentativa de se mostrar neutra diante dos temas abordados em reportagens e editoriais. No entanto, sabemos que a imprensa é espaço de defesa de interesses constantes e posicionamentos bem marcados mesmo com o pretenso espaço de neutralidade que diz ocupar entre o Estado e a sociedade civil⁶. Portanto, segundo, Biroli (2009)

⁵ O jornal O Imparcial em 1969 se localizava na rua Afonso Pena, 46.

⁶ A concepção de Estado presente neste texto é marxista de matriz gramsciana, isto é, acredita-se que o Estado contemporâneo é repleto de debates entre classes ou mesmo entre frações de classe na disputa pela nacionalização de determinado projeto.

[...] existe uma correlação entre a noção iluminista de “crítica” (Koselleck), o esvaziamento do político como dimensão da história (Koselleck e D’Allones) e a construção de um lugar neutro, apaziguado e exterior aos conflitos, para a imprensa. Esse lugar, constitutivo do *ethos* assumido pelo jornalismo, implica na sobreposição de dois aspectos: um, supostamente técnico, refere-se à objetividade como valor, procedimento e forma de legitimação do trabalho e do discurso jornalístico; outro, reconhecido como político, refere-se ao liberalismo como um conjunto de valores não apenas associados à imprensa, mas que seriam sua condição de existência. (BIROLI, 2009, p.276)

É notável a tentativa de sobrepor aspectos de neutralidade sobre a defesa de interesses, comum aos periódicos, haja vista que estes não possuem impessoalidade tampouco imparcialidade como o título do periódico em análise pressupõe, pois este (O Imparcial) faz parte de uma rede midiática pertencente a Assis Chateaubriand e dirigido no Maranhão por Pires Saboia, rede midiática esta denominada de Diários Associados.

Em 1966, Pires Saboia era diretor geral do jornal O Imparcial e deputado federal pelo Maranhão pela Arena (partido situacionista) com reeleição em 1970 ainda pela Arena. Em 1973 diplomou-se pela Escola Superior de Guerra, entidade responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Pires Saboia notadamente se alinha a medidas adotadas no âmbito da Sociedade Política naquele momento de regime ditatorial, nos possibilitando uma investigação mais direcionada a perceber a organização deste periódico de forma a veicular notícias, reportagens, editoriais que servissem como forma de organização da vontade coletiva em prol do projeto em hegemonia. Importante destacar que a principal propaganda do governo militar no ano de 1969 era o desenvolvimento econômico.

Outro sujeito importante na edição dos Diários Associados era Assis Chateaubriand, que atuava em diversas áreas no Brasil desde a política até os âmbitos culturais, fundou a rede midiática chamada “Diários Associados” a partir das aquisições de jornais, revistas, rádios e canais de TV com sua primeira aquisição em 1924 de O Jornal no Rio de Janeiro, passando pela fundação da TV Tupi em 1950, até a inauguração da TV Borborema na Paraíba em 1966⁷, sem mencionar as aquisições feitas após a morte de Chateaubriand em 1968.

Além de jornalista e advogado – atuando já como consultor jurídico do ministério das relações exteriores em 1917, no âmbito da política, Assis Chateaubriand começa a sua inserção ainda em 1929 nas campanhas presidenciais para a eleição de 1930. Sua vida na política se intensifica a partir de então e passa a ser conhecido por seu posicionamento

⁷ Informações retiradas do site <https://ahistoriadodosdiariosassociados.wordpress.com>. Acessado em 01.10.2017,

anticomunista e a favor do capital estrangeiro em prol do desenvolvimento econômico. De forma direta se insere na política em 1952, como senador da Paraíba pelo PSD e, em 1955, senador do Maranhão também pelo PSD⁸.

Paralelamente à sua atuação no âmbito político desde 1930, Chateaubriand ampliava sua rede midiática, ocorrendo em 1944 a compra do jornal maranhense O Imparcial – fundado em 1926⁹. A partir de então, O Imparcial deveria estar alinhado à ideologia antinacionalista e anticomunista defendida por Chateaubriand.

A ampliação dos Diários Associados foi possível pela relação existente entre Chateaubriand e o âmbito político, isto é, Chateaubriand utilizava sua rede midiática em defesa de campanhas e projetos de políticos, em troca recebia o financiamento destes. Além disso, utilizava os fundos levantados com a sua produção de café e investia na ampliação de sua rede midiática. Portanto, o financiamento se dava a partir de fundos que provinham de seu próprio investimento em outros ramos empresariais e do mundo da política. Esse trânsito realizado por Chateaubriand entre a sociedade política e a sociedade civil possibilitava a ele nacionalizar projetos políticos através de sua rede midiática exercendo este a função de intelectual orgânico na concepção gramsciana de Estado Ampliado.

Na década de 1960 o jornal O Imparcial se constitui como periódico de edições diárias tendo cada edição oito páginas que tratavam de temas diversos (política, economia, cultura, cotidiano, entre outros) sem uma organização por cadernos específicos, separando os temas em páginas específicas em suas edições, no entanto, isto não constituía uma regra, havendo edições com temas abordados em páginas diversas.

Além dessa relação de financiamento é importante destacar o vínculo existente deste periódico com a ditadura Empresarial-Militar. Chateaubriand, como anteriormente citado, tinha um posicionamento anticomunista e antinacionalista que se alinhava com a política dos governos militares. No entanto, seu posicionamento de alinhamento ao governo militar não se limitava a estes aspectos, Chateaubriand defendia claramente a entrada de capital estrangeiro para que o desenvolvimento econômico se efetivasse no Brasil.

A sua defesa pelo desenvolvimentismo se materializava nas páginas de O Imparcial por meio de notícias veiculadas neste de forma objetiva, isto é, demonstrando um posicionamento claro a favor do desenvolvimento econômico, dando um espaço considerável a notícias de cunho econômico, além de espaço a editoriais que tratassem deste aspecto.

⁸ ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

⁹ O Imparcial foi fundado em 1º de maio de 1926 por José Pires Ferreira, pertencendo a este até 1944 quando comprado por Chateaubriand.

Na primeira página do jornal – canto esquerdo superior - temos a data de fundação do jornal (1º de maio de 1926) e o preço deste: NCr\$: 0,20 – canto direito superior. Além disso, no centro superior, temos o número da edição do jornal e que este faz parte dos Diários Associados e que este é o jornal mais antigo em circulação no Maranhão possivelmente pra atribuir um caráter legitimador com base na tradição.

Dos temas em destaque na primeira página, entre os dias 1º de janeiro e 31 de janeiro, quatro blocos de temas foram elaborados para análise, a saber: a) Reportagens relacionadas a questões internacionais (guerras, política internacional, cotidiano internacional, entre outros); b) questões políticas (atuação de políticos, órgão estatais de repressão, cassações, eleições, entre outros); c) temas do cotidiano (trânsito, festas, entre outros) e; questões relacionadas à economia (salário, recessão, investimentos, entre outros).

O critério utilizado para o levantamento e a seleção das reportagens como “em destaque” foi a seleção de chamadas de reportagens em letras garrafais e em negrito que se destacavam das demais na primeira página e reportagens que viessem centralizadas e com imagens relacionadas a estas.

Do levantamento feito os temas que tem mais espaço na primeira página estão relacionados a questões políticas e econômicas, seguidos por temas relacionados ao cotidiano e a questões internacionais. No total foram contabilizadas 92 reportagens em destaque sendo 30 relacionadas à política, 28 relacionadas à economia, 22 ao cotidiano e 12 a questões internacionais.

Na primeira página não há anúncios, estes estão dispostos ao longo do periódico sem espaço específico ou página específica para tal. Ocupam espaços dispersos nas páginas de forma que parecem auxiliar na organização do jornal ocupando espaços que não caberiam reportagens completas. No entanto, geralmente, ocupam mais espaço nas páginas dois e três, que muitas vezes trazem notícias do cotidiano, havendo também nessas páginas alguns textos não assinados de temáticas políticas ou econômicas.

Os principais anunciantes de O Imparcial são: Armazém Paraíba, Espirais sentinela; A Salamandra; Elgin Ultramac; O Cruzeiro (que também fazia parte da rede dos Diários Associados); Óleo Cristal; Livraria ABC; Armazéns Abreu; Livraria O Contador; Pedreiras transporte; Caterpillar; Gás Butano; Rio sabão; Cera Brilux; além de espaços dedicados a anúncios populares e aluguel de casas.

Não foram encontrados registros que comprovem a ligação direta entre os anunciantes e Assis Chateaubriand. É sabido, no entanto, que havia relações diretas entre este e grupos como a Companhia Light and Power.

Percebendo as temáticas em destaque na primeira página e os anunciantes deste periódico acredita-se poder afirmar que o público alvo deste periódico é a classe média maranhense que era possuidora de um poder de compra e de um certo caráter ilustrado. No entanto, esta afirmação não inibe a possibilidade de este circular entre a classe trabalhadora maranhense.

Por fazer parte de um conglomerado midiático acredita-se que haja um alcance amplo por parte de O Imparcial, sobretudo, no sentido de criar consenso em torno do projeto desenvolvimentista adotado pelo governo militar haja vista a clara relação existente entre os condutores deste periódico com a sociedade política e seu alinhamento ideológico a essa instância estatal.

Isto posto, podemos considerar que há um espaço privilegiado à dimensão político-econômica neste periódico sendo clara a sua função como partido político, de acordo com a concepção gramsciana, de organização da vontade coletiva em apoio ao desenvolvimentismo. Este, portanto, é considerado o alinhamento editorial de O Imparcial, que tem como destaque atuação de Austregésilo de Ataíde como redator de artigos que se direcionam à análise econômica do país e à atuação das agências estatais em defesa do desenvolvimento econômico.

Austregésilo de Ataíde era amigo pessoal de Assis Chateaubriand que, mesmo divergindo deste politicamente durante a década de 1930, foi convidado a trabalhar nos Diários Associados. Em 1953 fez o curso na Escola Superior de Guerra e passa a ser membro da ADESG (Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra). Sendo, portanto, assim como Pires Saboia, defensor da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Isto é, utiliza os espaços disponíveis em O Imparcial em prol da defesa de interesses da classe dirigente.

Além dos artigos assinados, outra peça fundamental de compreensão é a linha editorial do jornal. O Imparcial tem apelo objetivo à linha editorial político-econômica, como dissertado anteriormente. O editorial é a peça-chave de compreensão do posicionamento político dos periódicos, pois este, por não ser assinado, demonstra o posicionamento institucional do impresso aqui em análise.

Em 07 de janeiro de 1969 temos o seguinte posicionamento de O Imparcial a respeito à medida econômica de fiscalização de preços:

[...] não se desconhece que o governo tem a preocupação de salvaguardar a iniciativa privada e por isso mesmo não irá fixar preços fictícios. Os tabelamentos oficiais atenderão assim ao custo real dos bens mais os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas e a margem razoável de lucro. Em consequência as providências alcançarão também os centros produtores funcionando harmonicamente, no sentido de estabelecer o justo equilíbrio (O Imparcial. 07.01.1969).

O editorial claramente aponta à necessidade de medidas econômicas ostensivas por parte do governo federal mesmo estando ciente que estas medidas beneficiarão a iniciativa privada, no entanto, esta medida proporcionaria o equilíbrio econômico para que os centros produtores funcionassem harmonicamente. Isto é, as medidas adotadas pelo governo federal eram de fundamental importância para se atingir o desenvolvimento necessário.

Em 10 de janeiro de 1969 um novo editorial é utilizado em defesa dos interesses governamentais no que diz respeito ao “exercício financeiro”:

Tem-se sustentado acertadamente que o ritmo do desenvolvimento econômico é função menos talvez da materialidade de grandes obras públicas do que da confiança que inspire boa gestão dos negócios do Estado expressa assim na ordem financeira como nos objetivos globais da política econômica.

Sendo assim, o exercício financeiro que hoje se encerra constitui mais um convincente atestado das perspectivas realmente alentadoras que se abrem ao desenvolvimento do estado que passa afinal da área subjetiva das aspirações e dos sonhos fagueiros para o terreno de uma realidade que já não pode sofrer contestação. (O Imparcial. 10.01.1969)

Em 1969, uma nova fração de classe estava em disputa na Ossatura Material do Estado pela consolidação de seu projeto. A fração burguesa financeira se utilizava de Aparelhos Privados de Hegemonia pra a sua consolidação no Estado Restrito. O jornal O Imparcial claramente exerce a função de Aparelho Privado de Hegemonia quando se posiciona a favor da financeirização da economia auxiliando na consolidação deste projeto em processo de hegemonização.

No que tange ao posicionamento político deste, não encontramos editoriais destinados a questões estritamente políticas. Neste período O Imparcial ainda não apresenta editoriais com regularidade. No período aqui em análise (janeiro/1969) encontramos três editoriais e todos destinados a questões econômicas. Importante destacar que os editoriais não são assinalados

com esta função, isto é, em geral são textos sem assinatura que possuem destaque por estarem em uma espécie de caixa de texto e posicionados na parte superior da página de forma centralizada.

Além dos editoriais, o teor das notícias veiculadas também demonstra muito do que o periódico tem como ideologia ou posicionamento político-econômico. A organização das páginas não segue uma lógica temática, havendo, portanto, a predominância de temáticas, mas não exclusividade. Isto é, nas páginas que tratam de temas políticos predominantemente, por exemplo, temos notícias relacionadas a esporte e cotidiano. Isto nos leva a considerar que não havia um roteiro de leitura pensado pelo jornal em análise, exceto pela organização da primeira página que seguia a linha editorial político-econômica do periódico em análise.

Na página dois temos a preponderância de temas voltados a questões do cotidiano (reportagens sobre assassinatos, assaltos, festas, ações da caema, entre outros) e da economia (Atuações bancárias, investimentos estatais, atuação do Banco nacional de habitação na construção de conjuntos habitacionais, empréstimos contraídos pelo governo, entre outros). Entretanto, aparecem nesta página questões políticas, anúncios e, citação de editais, em segundo plano.

A página três se difere das demais, pois possui uma organização própria, organização esta ausente em todas as demais páginas. Nesta página temos ao centro os artigos assinados que tratam de questões econômicas e políticas, na margem direita temos um espaço, intitulado “linha geral”, destinado a reportagens rápidas escritas por Cordeiro Filho. Estas reportagens geralmente são casos que já haviam tido destaque em outras edições do jornal e são descritos por Cordeiro Filho para que os leitores continuem acompanhando os casos.

Na margem esquerda temos outro espaço fixo desta página que é intitulado “repórter”. Neste espaço é escrita uma coluna por Genu hegemonicamente, mas que também é escrito por outros repórteres, abordando temas diversos: saúde, educação, política, economia, entre outros.

Ainda nesta página temos um espaço chamado “momento social” em que são narrados acontecimentos da classe média maranhense, como festas, formaturas, viagens, entre outros. Em um espaço um pouco menor temos as charges - em sua maioria, feitas por Carlos Estevão - que não são parte fixa desta página. Estas apresentam teor cômico relacionado ao cotidiano e não ao mundo da política, haja vista que este periódico em análise se alinhava à política governamental não abrindo espaço para esta abordagem crítica às ações do governo militar.

Além disso, temos anúncios em pequena escala e editoriais que ocupam o espaço dos artigos assinados.

Na página quatro há de forma fixa somente as informações a respeito do jornal O Imparcial no canto superior esquerdo (direção, endereço, etc). Os demais espaços não possuem uma temática ou abordagem regular, isto é, não há uma padronização nesta página como na página três, anteriormente descrita.

Ao centro da página temos um espaço preenchido por artigos assinados que alternam o preenchimento deste espaço com textos destinados à Academia Maranhense de Letras. Na margem direita temos a coluna “de olho no mundo” escrita por Jámenes que tem por objetivo dissertar sobre as principais notícias internacionais. O restante da página é preenchido majoritariamente por anúncios e editais, seguidos de quadrinhos e notícias relacionadas ao esporte.

O espaço central dado à Academia Maranhense de Letras nos permite uma observação: este espaço central pode ser explicado pelo fato de Chateaubriand ser membro da Academia brasileira de Letras na cadeira 37 e por querer este atribuir um caráter ilustrado ao periódico.

A página cinco tem preponderância de reportagens relacionadas ao esporte maranhense, seguidas de reportagens relacionadas ao cotidiano e à economia. Em geral as reportagens são reproduzidas de outros periódicos pertencentes à rede midiática de Chateaubriand, sobretudo localizadas no Rio de Janeiro. Quadrinhos também estão presentes nesta página, assim como contos de Raquel de Queiroz e, anúncios diversos.

Na página seis prevalecem os anúncios com ênfase nos anúncios populares (vendas de objetos, aluguéis, serviços, entre outros). Um espaço é dedicado a reportagens de cunho político e voltadas a questões do cotidiano, além de um espaço, intitulado “em poucas linhas”, a notícias curta de temáticas diversas. Nesta página também estão presentes o horóscopo, editais e charges ocupando espaços menores.

A página sete é composta majoritariamente por anúncios, no entanto, há um espaço central – porém, menor – destinado a reportagens com temática predominantemente voltada a assuntos do cotidiano e - em segundo lugar - notícias dos municípios maranhenses. Além dessas temáticas, as reportagens desta página tratam, também, de economia e questões internacionais. O restante da página é preenchida com editais de citação da prefeitura de São Luis e de órgãos públicos.

A página oito traz reportagens sobre o cotidiano da capital, além de reportagens sobre a política local e a economia da capital e de alguns municípios. Os anúncios mais uma vez estão

presentes nesta página assim como os editais e avisos de órgãos públicos com predominância de editais do Banco do Brasil e avisos da Companhia Elétrica do Maranhão (CEMAR).

Além das páginas que compõem a organização fixa do jornal (oito páginas), temos edições em que o jornal traz algumas páginas extras no intervalo das páginas fixas ou ao final da edição, como ocorre nas edições dos dias 05, 12 e 16 de janeiro contendo estas edições doze páginas.

A edição do dia 05 de janeiro de 1969 traz uma página intitulada “cartaz GB” com fotos de artistas e políticos em destaque como Paulo Gracindo, Garrincha, Joaquim Cardoso com pequenos textos nas margens direita e esquerda a respeito destes, como uma espécie de coluna social. As demais páginas são uma espécie de extensão das páginas principais com temas políticos, econômicos e reportagens do cotidiano assim como as páginas acrescentadas à edição do dia 12 de janeiro de 1969.

A edição do dia 16 de janeiro de 1969 tem suas páginas regulares até a página quatro tendo as quatro páginas extras anexadas entre esta e a página cinco. Nestas quatro páginas temos um editorial com a assinatura dos Diários associados com o título “O Brasil já está vivendo os dias que viriam no futuro!”. Além de outras caixas de texto com o título “Com 10 novas e grandes realizações também fazemos a nossa própria prova de confiança no Brasil!”. Estas caixas de texto estão dispostas ao longo das quatro páginas com subtítulos enumerados de acordo com o título supracitado.

Antes de passarmos às caixas de texto, vejamos o conteúdo deste editorial:

Há algarismos e fatos da vida de hoje mesmo, do nosso país, que nos sonhos dos patriotas estavam marcados para acontecer somente nas folhinhas do futuro.

Com que orgulho, pois, abrimos estas páginas, e organizamos este suplemento, para comunicar a nossos leitores a antecipação no calendário da História da nossa pátria! A evidência indiscutível dos dados objetivos e de números inesperados jogam-nos diante de uma nova realidade brasileira, realidade eloquente, concreta, indesmentível e dinâmica – que conforta e desafoga de presságios o coração dos patriotas.

[...] Veja, sim, veja e abra seu coração – jovem ou adulto – tão visado pelos “slogans” dos negativistas (...) que compõem os fatos – ou dos milhões de algarismos – que perfazem os números da vida do novo Brasil que renasceu em 1964.

E com esses fatos e esses números, erga, você também, o andaime das suas esperanças, e arregace as mangas para participar ainda mais ativamente do mutirão da grandeza do Brasil nesta hora em que a nação inteira já está nas ruas, nas estradas, nas fábricas, nas lavouras, nos escritórios, nas escolas, nos quartéis – na alvorada de quem fez madruguar o seu porvir e antecipar o seu futuro (O Imparcial. 16.01.1969)

Percebemos a construção do consenso em torno do desenvolvimentismo que supostamente ocorria no Brasil a partir da conclamação feita neste editorial ao povo brasileiro, de modo que demonstra o ressurgimento do progresso no Brasil a partir de 1964, isto é, a “revolução” – como aparece diversas vezes em outros espaços do jornal – foi a responsável pela reestruturação econômica do país, fazendo com que a nação entrasse nos rumos do progresso e do desenvolvimento econômico.

O fato de este suplemento estar localizado em páginas destacadas do restante do periódico traz uma centralidade ao tema abordado chamando a atenção dos leitores para o tema abordado nestas páginas.

Os demais fatos em destaque também trazem uma centralidade a estes de forma que também se destacam em letras em negrito e maiores que as das outras páginas abordando temas relacionados ao progresso que o Brasil estava vivendo. Estas enumeram os fatos de 1 a 10 que levaram o país ao desenvolvimento: a) o maior rebanho bovino de todo o mundo; b) o plano de habitação é maior que o de todas as repúblicas latino-americanas juntas; c) Urubupungá é a maior usina hidro-elétrica do mundo livre. E dobra o potencial que o Brasil tinha até 1964; d) Brasil de 1968: mais de três trilhões de cruzeiros em educação! Até 1972: meio milhão de vagas nas universidades; e) Nunca se plantou tanto no nordeste... Planta-se agora uma fábrica por dia; f) semeadura brasileira de 1968: 117 quilhas de novas embarcações, e 410 milhões de árvores plantadas. Estes são só alguns dos fatos que, segundo os Diários Associados, são os responsáveis pelo progresso brasileiro.

Duas considerações precisam ser feitas: a) a partir da exposição do suplemento feita e a centralidade que este tem, além dos demais posicionamentos em editoriais, percebemos que O Imparcial é ferramenta fundamental de construção de consenso em torno do projeto desenvolvimentista da ditadura Empresarial-Militar, funcionando como Aparelho Privado de Hegemonia; b) a análise das páginas e do suplemento deste periódico nos leva a perceber como este é pensado e organizado em prol de interesses de uma fração de classe que se pretendia hegemônica naquele momento, nos permitindo perceber a imprensa “como uma fonte que representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social (VALLE. ARRIADA. CLARO, 2010, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo exposto a estrutura e o conteúdo de O Imparcial de janeiro de 1969 percebemos a potencialidade deste para os estudos históricos como fonte e objeto de pesquisa. Além disso, a sua potencialidade como documentação a ser utilizada no ensino de História nos segmentos fundamental e médio do ensino básico.

No entanto, o professor deve estar atento à seguinte reflexão acerca da utilização da imprensa no ensino de História:

Os jornais e periódicos estão localizados na encruzilhada entre sociedade, política e poder, combinando-se com eles em alguns momentos endossando o discurso oficial, em outros se opondo a ele. Assim sendo, o conteúdo jornalístico é resultante tanto dos atores sociais que esboçam suas linhas, quanto do contexto em que é construído. A manipulação da e na imprensa, portanto, demanda um controle pelo poder, quer seja esse poder do Estado, quer seja dos sujeitos de maior domínio sobre as publicações (historicamente, em sua maioria, donos de jornais) (VALLE. ARRIADA. CLARO, 2010, p.67).

Portanto, sendo os impressos uma fonte para a História, necessitam de metodologia própria que permita sua análise como documento histórico e como ferramenta no ensino básico.

Este trabalho se configura alinhado à perspectiva de Lopes (1997) quando a autora afirma que o termo transposição didática, elaborado por Chevallard (s/d), nos remete a uma aplicação no saber escolar do conhecimento produzido na academia, a uma reprodução deste conhecimento, sendo o professor do ensino escolar mera ferramenta de reprodução deste conhecimento.

Por outro lado, o conceito de mediação didática nos reporta a pensar em um trajeto em que a metodologia deve ser elaborada e aplicada de acordo com uma série de questões existentes no saber escolar que são díspares das questões que permeiam o universo acadêmico e que, assim, requer um movimento dialético em sua aplicação, ou seja, “um processo de constituição de uma realidade através de mediações contraditórias, de relações complexas, não imediatas, com um profundo sentido de dialogia” (LOPES, 1997, p. 106).

Neste processo não há, portanto, produtores e consumidores de forma polarizada, isto é, não há um professor que produz o conhecimento, ou ainda, a universidade não é vista como produtora de conhecimento que será despejado sobre os estudantes que seriam, portanto, meros consumidores (LOPES, 1997). O que há é produção e consumo de conhecimento mútuo haja vista que no âmbito do ensino escolar é produzido um conhecimento próprio que passa a ser consumido pelas universidades em suas pesquisas ao mesmo tempo em que, a

partir destas pesquisas elaboram novos conhecimentos a serem mediatizados ao saber escolar, em uma espiral em que a dialética conduz o movimento de produção-consumo do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Conceitos básicos. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, p.37-48, 2003.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.269-291, jan/jun 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, p. 183-220, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2000.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica. Del saber sabio ai saber ensellado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, s.d.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p.253-270, dez. 2007.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, nº1, p.5-22, jan/jun., 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124, maio/jun., 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, A.R.C. "Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e mediação didática." **Educação & Realidade**. 22(1): 95 -112. jan-jun.1997.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. IN: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v.9, p. 37-62, out. 2003.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.126-129.

NORA, Pierre. De L'Histoire Contemporaine au Présent Historique. **Actes de la journée d'études de l'IHTP**. Paris: CNRS, 14 mai, 1992.

PEREIRA, Nilton Mullet. SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**. V.15, n.18, p. 113-128, dez. 2008.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

RODRIGUÉZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. IN: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs.). **Fontes e métodos em História da educação**. Dourados: Ed. UFGD, p. 35-48, 2010.

VALLE, Herdalla Santos do; ARRIADA, Eduardo; CLARO, Lisiane Costa. A utilização de fontes no ensino de História: a imprensa na construção do conhecimento. **Momento**, Rio Grande, 20 (1): 59-72, 2010.

SITES:

<https://oimparcial.com.br>

<https://ahistoriadosdiariosassociados.wordpress.com>

<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

<http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm>

FONTE:

O Imparcial. Janeiro/1969.